

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A ÓTICA DO NEOLIBERALISMO

Lidiane Cecília Rodrigues de Paiva<sup>1</sup>

Joelma de Oliveira Silva<sup>2</sup>

Hernani Martins Júnior<sup>3</sup>

O presente artigo teve como objetivo compreender o Neoliberalismo, enquanto uma forma de Estado, e suas possíveis implicações na elaboração e adoção das políticas públicas. A metodologia utilizada foi a de uma discussão a partir de uma pesquisa bibliográfica. Primeiramente, faz-se necessário uma apresentação do Neoliberalismo e suas principais características. Segundo Hofling (2001), as questões neoliberais resgatam as teses clássicas do liberalismo e referem-se à expressão “menos Estado e mais mercado” sobre sua visão de Estado e de governo. Moraes (2002) define o Neoliberalismo como uma doutrina econômica, que acentua o mercado como meio de distribuição de bens, serviços e rendas. Dessa forma, o mercado é origem da riqueza, da eficiência e da justiça.

O Neoliberalismo defende a mínima intervenção do Estado na economia, pois, segundo este, o Estado é ineficiente e acaba prejudicando a liberdade de comércio, o que impede o crescimento econômico e desenvolvimento social. Os neoliberais são a favor das privatizações, pois afirmam que o

Estado é um péssimo administrador. Defendem a livre circulação de empresas internacionais, eliminando barreiras, adotando medidas contra o protecionismo, diminuindo tributos e impostos. Além disso, pugna pela livre concorrência das empresas dando ênfase na globalização, integrando pessoas e países do mundo inteiro.

Já as políticas públicas se caracterizam por serem ações promovidas pelo Estado direcionadas à sociedade. Assim sendo, e em consonância com Hofling (2001), são projetos governamentais desenvolvidos na forma de programas sociais que, geralmente, visam algumas áreas específicas, como a saúde, educação e saneamento básico. Nesse sentido, as políticas públicas surgem como forma de resguardar os chamados direitos sociais ou direitos de segunda geração. No contexto do Neoliberalismo o Estado deixa a desejar no que tange a promoção dessas políticas públicas, pois parte do pressuposto da intervenção mínima, esta não se restringindo somente a não intervenção no setor econômico, mas também, em menor grau, nos outros setores da sociedade, como é o caso das políticas públicas prestacionais.

Assim, o pensamento neoliberal entende que a abertura de mercado e a promoção da competitividade por si só é capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, garantir também o desenvolvimento social. Porém, o que se

<p>Folha Acadêmica do CESC ISSN 2358-2839 (impresso) / ISSN 2358-209X (online) Centro de Ensino Superior de São Gotardo</p>	<p>Número XIX jul-set 2018</p>	<p>Trabalho 05 Páginas 13-15</p>
<p><a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica</a></p>	<p><a href="mailto:periodicoscesg@gmail.com">periodicoscesg@gmail.com</a></p>	

observa é o contrário, há o crescimento das desigualdades sociais, um aumento do desemprego e a concentração de capital nas mãos das grandes multinacionais em detrimento dos mercados nacionais. Nesse sentido, Boito Jr. (1999) defende que a pobreza não é algo que existe a priori nos governos neoliberais, mas sim que ela é produzida pela própria política implantada.

Outro aspecto colocado em voga pelas ideias neoliberalistas e que afetam as políticas públicas é a privatização dos serviços estatais. Para os adeptos do Estado Neoliberal a privatização ampliaria os serviços oferecidos e, como consequência, melhoraria também a qualidade destes. No entanto, ao transferir serviços públicos para empresas privadas o uso dos mesmos fica a mercê do poder aquisitivo daqueles que deles necessitam (SCHINCARIOL, 2008). Nesse sentido, somente quem tem recursos financeiros suficientes é que fazem uso de tais serviços.

No Brasil, a agenda neoliberal teve especial impulso com Fernando Collor, com a abertura de mercados, seguido por Fernando Henrique Cardoso, que acelerou o processo de privatização. De acordo com Tavares e Melin (1998), dentre os principais motivos que causaram a adoção do projeto Neoliberal pelo Brasil foi o agravamento da crise econômica nos anos de 1989/1990 e o enfraquecimento do modelo intervencionista estatal. Nos anos 90

muitas empresas foram privatizadas, diminuindo o papel do Estado Empresário e aumentando o Estado Regulatório. Já em 2002, sob um governo social democrata, uma nova era se iniciava, breve, pois o que hoje se vivencia é a desconstrução de diversas políticas públicas outrora em curso.

## REFERÊNCIAS

BOITO JR, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

HOFLING, Eloisa de Matos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 21, nº 55, p. 30-41, novembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

MORAES, Reginaldo C. Reformas Neoliberais e Políticas Públicas: Formas Neoliberais e Políticas Públicas: Hegemonia Ideológicas e Redefinição das Relações Estado-Sociedade. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 13-24, setembro/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12921.pdf>>. Acesso em 29: de agosto de 2018.

SCHINCARIOL, Rafael L. F. da C. *Estado de Direito e Neoliberalismo: uma análise garantista*. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33937-44674-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27 de agosto de 2018.

TAVARES, M<sup>a</sup> da C. & MELIN, L. Eduardo. Mitos globais e fatos regionais. In: FIORI, J. L., LOURENÇO, M. S. & NORONHA, J. C. (Orgs.) *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 41-54.

<sup>1</sup> Discente do curso de Administração da Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba.

<sup>2</sup> Discente do curso de Administração da Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba.

<sup>3</sup> Doutor e Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária e graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras. Professor da UFV Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2170320174626175>.

<p>Folha Acadêmica do CESC ISSN 2358-2839 (impresso) / ISSN 2358-209X (online) Centro de Ensino Superior de São Gotardo</p>	<p>Número XIX jul-set 2018</p>	<p>Trabalho 05 Páginas 13-15</p>
<p><a href="http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica">http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica</a></p>	<p><a href="mailto:periodicoscesg@gmail.com">periodicoscesg@gmail.com</a></p>	